

# UM RADICAL DEMOCRÁTICO<sup>1</sup>

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i30p223-235>

**Joaquim Alves de Aguiar**  
Universidade de São Paulo (USP)

**S**empre que pode, Antonio Candido vem a público e reafirma suas posições. Recentemente, num evento em comemoração aos 75 anos de *Angústia* (1936), romance prestigiado de Graciliano Ramos, ao falar do escritor que floresceu na década de 1930, chamou a atenção para “certa tendência dentro da historiografia de menoscabar a importância do movimento revolucionário de 1930” (2011, p. 13). É que para ele os anos 30 mudaram a cara do Brasil. A explicação deste seu modo de interpretar aqueles anos, diga-se logo, anos que o formaram, se encontra em “A revolução de 1930 e a cultura”, ensaio publicado em *A educação pela noite*, livro de 1987 (p. 181-98). Até onde sei, não será este dos ensaios mais lembrados em meio a tantos outros ensaios de peso que publicou, mas é, sem dúvida, um dos textos seminais para a compreensão do seu modo de ser e de sua obra. No começo de uma de suas entrevistas mais importantes, o crítico já dizia considerar-se um “produto” da revolução de 30 e do Estado Novo.<sup>2</sup> Não havia determinismo na palavra, e sim referência à “atmosfera reinante nos decênios de 30 a 40 no Brasil”, atmosfera na qual cresceu e se educou, uma “atmosfera de fervor”, conforme diz a primeira linha de seu ensaio “A revolução de 1930 e a cultura”, a década de 30 foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um antes diferente de um depois” (1987, p. 181).

<sup>1</sup> Excerto de “Ensaio de Antonio Candido: um roteiro de leitura”, primeira parte da tese de livre-doutorado, *O crítico luminoso e o narrador acabrunhado* – Antonio Candido e *Grande Sertão*: veredas em dois estudos, defendida pelo professor do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da FFLCH USP, no ano de 2012. O texto foi adaptado para esta publicação.

<sup>2</sup> Ver entrevista à *Transformação*, revista do Departamento de Filosofia da FFCL de Assis, n. 1, 1974, p.11.

Já no começo, o leitor se dá conta de que está ouvindo a fala de um homem que olha o passado, imprimindo à mesma um toque de memória, embora não fale na primeira pessoa. Digamos que a vida, como a de todos nós, acontece no entrecruzamento da experiência pessoal com a História, com o diferencial de que, ali, a consciência enriquecida por uma série de saberes, todos muito vivos, permite reconstituir o tempo de maneira a dar a conhecer aos leitores um dos períodos mais fecundos da história brasileira do século XX. Lido assim, o texto não esconde certa inclinação proustiana, todavia mantendo firme a mão do ensaísta. Com efeito, o ensaio, alicerçado em dados históricos, compreende uma pequena história ou resumo das principais mudanças culturais do período, com muito de testemunho e oralidade também, pois foi originalmente palestra dada num simpósio de Porto Alegre, promovido em 1980, a propósito dos 50 anos da Revolução de 1930.

A ideia central é a de que o Brasil mudou, até certo ponto, graças às reformas promovidas pelo novo governo. No plano da cultura, as mudanças foram consideráveis, embora não suficientes, conforme alerta o texto, já na epígrafe tirada ao sociólogo americano Wright Mills: “Nos países subdesenvolvidos, o equipamento cultural se limita geralmente a círculos muito pequenos e classes médias rudimentares (...)”. E Antonio Candido detém-se basicamente em três setores: a educação, as artes e a literatura, e os estudos brasileiros.

No ensino fundamental é valorizado o movimento da “Escola Nova”, que separou a educação da religião – tratava-se de formar mais o cidadão do que o católico fiel (p. 183); isto sem contar o “aumento ponderável de escolas técnicas, bem como do ensino sistematizado” (p. 184). O país nunca chegou a fazer uma revolução no setor, como a feita na Cuba de Fidel, mas as reformas – Francisco Campos e Fernando de Azevedo à frente – se fizeram sentir, abrindo a escolaridade para um contingente maior de brasileiros. Em plano mais restrito, a criação das universidades, com destaque para a USP, fundada em 1934, também foi importante, entre outras coisas, por ter possibilitado a formação de profissionais de áreas menos prestigiosas como farmácia, odontologia, agronomia, veterinária e as humanidades, “que levaram o espírito crítico a domínios onde antes reinavam a tradição e o dogmatismo” (p. 184).

No outro campo, o das artes e da literatura, teria ocorrido certa “normatização das vanguardas”. O crítico reafirma a importância do Modernismo da década anterior, a “sementeira”, conforme sua expressão, do que, neste setor, ocorreria depois. Os anos 30 mostraram uma aceitação mais ampla do “novo estilo”, promovendo “liberdade de narração e linguagem”, na prosa, e uso corrente do verso livre, na poesia. O que era considerado transgressão nos anos 20 se torna mais ou menos rotina na década seguinte. Antonio Candido fala em libertação: “na verdade, quase todos os

escritores de qualidade acabaram escrevendo como beneficiários da liberação operada pelos modernistas, que acarretava a depuração antioratória da linguagem, com a busca de uma simplificação crescente e dos torneios coloquiais que rompem com o tipo anterior de artificialismo” (p. 186).

A aceitação mais ampla do novo estilo foi comprovada na inclusão de autores modernistas em antologias escolares da época. Mas certamente o maior acontecimento do período, neste setor, foi a explosão do “romance de 30”. Em sua combinação de vários regionalismos, parecia promover uma verdadeira integração do país: “Foi com efeito notável a interpenetração literária em todo o Brasil depois de 30, quando um jovem, digamos do interior de Minas, ia vivendo numa experiência feérica e real a Bahia de Jorge Amado, a Paraíba ou o Recife de José Lins do Rego, a Aracaju de Amando Fontes, a Amazônia de Abguar Bastos, a Belo Horizonte de Ciro dos Anjos, a Porto Alegre de Érico Veríssimo ou Dionélio Machado, a cidade cujo rio imitava o Reno, de Viana Moog. Foi como se a literatura tivesse desenvolvido para o leitor uma visão renovada, não-convencional, do seu país, visto como um conjunto diversificado mas solidário” (p. 187).

É nesse trecho que se vê com nitidez o toque autobiográfico do texto – o “jovem do interior de Minas” é o próprio Candido, que, recuando no tempo, relembra sua época de leitor adolescente em Poços de Caldas, cidade onde se criou. Vale observar a discrição com que se toma como exemplo daquilo que argumenta. O uso da terceira pessoa, onde se esperaria a primeira, “universaliza” o argumento no sentido de que, conforme indica o texto, qualquer leitor interessado em conhecer o país podia viver a mesma experiência, com base nos livros que apareceram no tempo. É assim que a “experiência feérica” das leituras juvenis pode ser remetida à “atmosfera de fervor” daqueles anos, conforme a expressão utilizada na primeira linha do ensaio. E não será despropositado associar o entusiasmo daquelas leituras à “febre” que então acometia a cultura de redescobrir o Brasil, um país novo, em processo de formação, como o jovem e voraz leitor de Poços de Caldas.

E chegamos ao terceiro setor. Antes de se referir aos clássicos que reinterpretaram o Brasil, Antonio Candido se detém no debate ideológico que animava a cultura da época: fascismo e comunismo se fortaleceram, angariando adeptos, mas o que avulta no texto é a novidade que representou o florescimento do pensamento e da prática de esquerda entre nós. Nos termos do ensaio, “muita gente se interessou pela União Soviética, e as livrarias pululavam de livros a respeito, estrangeiros e nacionais” (p. 189). É quando surgem “os primeiros livros brasileiros de orientação marxista” (p. 189), e noções como “luta de classes”, “espoliação”, “mais-valia”, “moral burguesa”, “proletariado”, vão ligar-se “à insatisfação difusa em relação ao sistema social dominante” (p. 189). Nesse

ponto, fermentam os radicalismos, cuja tendência será crescer ao longo dos anos; e é nesse clima de tomada de “consciência social” que se enquadra a “ânsia de reinterpretar o passado nacional” (p. 190). *Casa Grande & Senzala* (1933), *Raízes do Brasil* (1936) e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) apareceram aí, em meio ao clima de radicalidade e crítica social do período. Antonio Candido lembra também que o prestígio da Sociologia, então nascente, levou ao interesse pela pesquisa de grupos sociais “menos estudados, ou estudados com ilusões deformadoras” (p. 191), como os negros, os índios, o trabalhador rural, o operário e o pobre.

O ensaio se alonga, falando em modernização editorial, nas grandes coleções de livros, nas traduções e nos capistas memoráveis. No final, o balanço das mudanças é positivo, com as devidas ressalvas, evidentemente. Homem de esquerda, socialista convicto, Antonio Candido tem em mente uma ideia de Revolução, a verdadeira, não a de 1930, um golpe de estado cujo mérito foi liquidar a República Velha, sem todavia ter alterado as estruturas do poder. Não surpreende, então, que o balanço seja dado com base nas classes sociais: para a maioria absoluta da nação, dominada pela pobreza e pela miséria, as mudanças ocorridas no campo da cultura de pouco valeram. Já nas camadas intermediárias e superiores elas se fizeram sentir, “graças à difusão do ensino médio e técnico, que aumentou as suas possibilidades de afirmação e realização” (p. 194). O melhor, como sempre, ficou para os de cima, que puderam desfrutar das oportunidades de “ampliar e aprofundar a experiência cultural, inclusive com a aquisição de um corte progressista por alguns dos seus setores” (p. 194).

Nos termos do ensaio, o avanço cultural fortaleceu certos setores da elite: “eles podiam assumir a função de ‘delegados’ da coletividade” (p. 194), ora afirmando suas posições privilegiadas, ora servindo à causa dos excluídos. A primeira vertente é velha conhecida; interessante aí é a segunda, bafejada pelo “ideário radical”. É quando se passa a esperar de intelectuais e artistas que ocupem o “lado oposto da ordem estabelecida” (p. 195). É quando, também, certos escritores jogam para o segundo plano o trabalho criativo em nome da mensagem que queriam veicular. E Antonio Candido lembra, no fim do ensaio, o caso de Graciliano Ramos, na época, “mais valorizado pelo temário, considerado inconformista e contundente, do que pela rara qualidade da fatura, que lhe permitiu fazer obras realmente válidas” (p. 198).

“A revolução de 1930 e a cultura” não pretende ser um estudo historiográfico, mas uma interpretação do período da perspectiva de quem o viveu e que, da sua posição, pôde perceber e experimentar as mudanças ocorridas, valorizando-as, sem entretanto fazer apologia dos acontecimentos. A função é lembrar para esclarecer, como é de costume de Antonio Candido, sem fazer pose científica com gráficos, tabelas ou estatísticas de comprovação. Mesmo as notas de rodapé são mínimas em relação ao

tamanho e à densidade do texto. O crítico procede como se estivesse dando um depoimento, o que já se nota na primeira linha do ensaio: “ Quem viveu nos anos 30 sabe qual foi a atmosfera de fervor que os caracterizou no plano a cultura, sem falar de outros” (p. 181). E o estilo é o de sempre: límpido e comunicativo, com aquele ar de quem conta histórias, buscando envolver um público mais amplo do que em geral envolvem os ensaios de crítica. Sobre o estilo, vale a pena observar o uso constante e variado da palavra “novo”: a “nova escola” da reforma educacional, a “fé renovada” do espiritualismo católico da época, o “livro renovado” submetido a novo tratamento gráfico e editorial, a situação nova” de ampliação das classes médias etc. É que tudo leva para aquele “antes e depois” anunciado na primeira página, culminando na ideia de que “os anos 30 abrem a fase moderna nas concepções de cultura no Brasil” (p. 195). Mas há outra palavra ainda mais importante, por compreender a chave do texto. Atrás mencionamos o fato de que Antonio Candido tinha em mente a ideia de revolução, e é nesta mesma direção que aponta a palavra “radical”, largamente repetida, também com variações: radicalismo, radicais, radicalização, radicalizar, radicalizante. O termo pulsa a todo momento, podendo ter sido a justificativa da própria conferência. Reafirmar a importância das transformações ocorridas na cultura dos anos 30 era também assinalar a importância do “espírito radical” que animava o período.

Antes de prosseguirmos convém lembrar duas coisas. A primeira diz respeito ao crítico e suas ideias: a noção de radicalismo, bem explicada em outro estudo, conforme veremos à frente, é fundamental para compreender o pensamento e a prática política de Antonio Candido. A segunda coisa diz respeito à data da conferência pronunciada em Porto Alegre: 1980 é o ano da fundação do Partido dos Trabalhadores, o PT, desde sempre apoiado por Antonio Candido. A ascensão de Lula, de líder do operariado urbano a figura política de renome nacional podia ser a ponta da linha do radicalismo de 30. Naquela altura, a redemocratização do Brasil parecia ser líquida e certa, e a palavra “revolução” voltava a ser veiculada sem maiores temores, graças à abertura política. E Cuba, por assim dizer, reingressava na moda. A época já era a de fazer balanço das conquistas e problemas da revolução cubana. Não à toa ela é mencionada de forma contundente no tópico sobre as mudanças ocorridas no campo do ensino básico brasileiro. Sem diminuir a importância do que foi feito aqui, Antonio Candido separa o nosso reformismo brando das medidas revolucionárias que, em Cuba, erradicaram o analfabetismo, praga da qual, mais de 80 anos depois do Movimento de Outubro, ainda não se livraram os brasileiros.

Mas voltando a Lula, sem perder de vista as implicações do ensaio, aquela ideia cultivada em certos setores da elite de que os privilégios da boa educação e das posses lhes conferia a função de “delegados” da coletividade, rejeitando as camadas desfavorecidas, que, por sua vez, nem

eram cultas nem estavam preparadas para dirigir o seu destino (p. 194), evaporou-se quando se viu o líder operário semi-analfabeto atuando em favor de sua classe, para, anos depois, ocupar a presidência do país, com uma popularidade à altura do outro líder reformista, que em 1930 derrubou a República Velha, para, em 1937, vestir o uniforme de ditador. Diferente de Getúlio, Lula será um produto da nova democracia brasileira. A menos que o próprio crítico confesse, não se pode dizer que Antonio Candido tenha tido uma premonição. De toda maneira, acompanhou de perto a ascensão de uma liderança radical, oriunda das camadas mais humildes da população. No mais, não seria exagero dizer que com sua inteligência não se brinca.

O nome de Fernando de Azevedo aparece três vezes no ensaio. Explica-se: foi grande educador e tomou parte, ao lado de Sampaio Dória, Lourenço Filho e Francisco Campos, do “movimento da Escola Nova”, cujo objetivo era reformar, em linha progressista para a época, a educação brasileira. Ao que parece, seu antigo professor, depois orientador e chefe de departamento na faculdade de Filosofia da USP, foi um “homem de passagem”, no seguinte sentido: mantinha um pé na tradição e outro na modernidade. Fernando de Azevedo ressurgiu de forma mais detida em dois outros textos de Antonio Candido, ambos posteriores, a saber: “A personalidade contraditória de Fernando de Azevedo” (1988) (1993, p. 78-81) e “Doutor Fernando” (1994) (2002, p. 297-309). O primeiro comenta o livro de Maria Luiza Penna; o segundo reproduz a fala do crítico em homenagem ao educador. São dois perfis: ressaltam aspectos da personalidade e da obra de Fernando de Azevedo. Para o que nos interessa aqui o importante é acompanhar as observações feitas, nessas homenagens, sobre a dualidade do homem.

De acordo com Antonio Candido, Fernando de Azevedo podia ser formal, centralizador e grandiloquente, sendo, ao mesmo tempo, democrático, próximo e aberto às divergências, sobretudo dos mais jovens, movidos por outras inquietações, ideias e posturas. O retrato sugere um espírito conservador, embora bem arejado pelos ventos progressistas que sopravam no tempo. Mas é melhor ouvir a fala do crítico: tratava-se de “grande liberal que adotou perspectiva socialista” (1993, p. 78). E “não havia nele incompatibilidade entre a concepção de elite e a forte linha democrática” (p. 79). Sem prever a educação revolucionária, acreditava em algo como “a carreira aberta ao talento”, combatendo, assim, “a preservação das camadas de privilégio por meio de uma instrução tradicionalista” (p. 79). Como reformador, apostava na máxima ampliação das oportunidades, na direção de um “liberalismo progressista” de corte ilustrado, o que num país como o nosso não era (e não é) pouco. Nisto consistia a radicalidade do Doutor Fernando, para quem “não havia reforma pedagógica pura, isto é, mudança nos métodos e atitudes

educacionais, pois esta deveria pressupor uma visão nova das relações com a sociedade” (p. 79). Até onde posso compreender, Fernando de Azevedo teria superado a própria dualidade ao encarar a educação à luz da política (p. 79), tornando-se um radical no sentido utilizado por Candido ao longo do seu ensaio.

Neste ponto, cabe voltar ao texto que estamos acompanhando. Assumindo posições mais radicais que seu mestre, Antonio Candido afirma: “sabemos que, ao contrário do que pensavam aqueles liberais [os reformadores], as reformas na educação não geram mudanças essenciais na sociedade, porque não modificam a sua estrutura e o saber continua mais ou menos como privilégio” (1987, p. 184). É este o momento em que fará menção à vitória de Cuba no campo educacional. Cinco anos depois da conferência de Porto Alegre, o crítico voltará ao assunto, de maneira mais estendida e contundente, num pronunciamento feito justamente em Havana. Seu discurso foi publicado sob o título de “Perversão da Aufklärung”.<sup>3</sup> No palco da verdadeira revolução, Antonio Candido fará a crítica dos ideais ilustrados das elites latino-americanas que, restringindo a educação à esfera dos seus interesses, cultivaram a ideia de que “o saber seria difundido por todos, a partir das luzes de poucos” (2002, p. 320).

A instrução que, desse modo, se difundiria de cima para baixo acabou se tornando “em boa parte de um saber de classe e de grupo, um instrumento de dominação” (p. 321). Seria esta perversão. O povo deveria confiar nas elites, as quais um dia, fazendo jus àqueles antigos ideais, lhe abririam as portas do paraíso, o que obviamente não ocorreu. Antonio Candido contrapõe o ideal ilustrado às realizações revolucionárias. Vindo de um país que desconhece a verdadeira revolução, e decerto não querendo confundir os cubanos, toma o cuidado de referir-se à nossa como “movimento armado de 1930” (p. 324). As reformas que aqui se deram, embora importantes e com ganhos palpáveis, não foram além de uma frágil “modernização da ideologia ilustrada” (p. 324).

Tanto tempo depois dos grandes reformadores, no Brasil, “o máximo de concentração do saber convive com o máximo de miséria e ignorância, como se essa proporção fosse a razão de ser da nação brasileira” (p. 326). Vemos aí o homem provindo da Ilustração, mas socialista, falando. E vemos, também, o mesmo homem seguindo a trilha do seu mestre, renomado educador, dando um passo adiante ao fazer o elogio da revolução: “as reformas de estrutura é que permitem as verdadeiras reformas de ensino” (p. 327).

Com relação aos três grandes clássicos de reinterpretação do Brasil, Antonio Candido é parcimonioso em “A revolução de 1930 e a cultura”.

---

<sup>3</sup> Ver DANTAS, Vinícius (org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2002, p. 320-7.

Em parte, certamente, devido à intenção panorâmica do ensaio — ao “filmar” os acontecimentos, o “diretor” vai dando os closes, detendo-se em cada um na medida exata, de modo a manter o equilíbrio das coisas no amplo painel das mudanças que objetiva produzir. Noutra parte, imagino, porque naquela altura já havia se detido naqueles livros importantes no prefácio que escreveu, em 1967, para a 5ª edição de *Raízes do Brasil*, publicada em 1969.<sup>4</sup>

Acho que não seria exagerado dizer que a leitura desse prefácio é quase tão importante quanto a do livro prefaciado. Antonio Candido situa *Raízes do Brasil* em relação aos outros dois livros. Seu ponto de partida é a memória, como em “A revolução de 1930 e a cultura”. A intenção é reconstituir o impacto causado por aqueles clássicos no seu período de formação, ou melhor, no seu e no da sua geração, de modo que reconstituir o passado não seria falar de si, e sim “dos outros que participaram de uma certa ordem de interesses e de visão do mundo, no momento particular que se deseja evocar” (1989, p. xxxix). E o crítico relembra: quando saiu *Casa Grande & senzala* (1933), de Gilberto Freyre, “estávamos no ginásio”; *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, “no curso complementar”; e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Júnior, “na escola superior”. Seriam, assim, três livros formadores para a sua geração, e é dessa perspectiva que falará o prefaciador.<sup>5</sup>

Mais ainda, são obras lembradas segundo o “sopro de radicalismo intelectual e análise social que eclodiu depois de Revolução de 1930 e não foi, apesar de tudo, abafado pelo Estado Novo” (p. xxxix). Candido vai direto ao assunto: o livro de Gilberto Freyre vinha marcado pelo “anticonvencionalismo” da “composição libérrima”, do “tratamento da vida sexual do patriarcado” e da “importância decisiva atribuída ao escravo na formação do nosso modo de ser mais íntimo” (p. xxxix). O crítico fala em “força revolucionária”, lembrando o “impacto libertador que teve este grande livro” (p. xl), sem deixar de assinalar as mudanças do autor no decorrer do tempo — deslocando-se para posições conservadoras, Gilberto Freyre acabou por abandonar o radicalismo do início, sem dúvida, mais interessante.

Aparecendo logo depois, *Raízes do Brasil* vinha com outra mensagem, e com um claro sentido de contemporaneidade: “aos jovens forneceu indicações importantes para compreenderem o sentido de certas posições políticas daquele momento, dominado pela descrença no liberalismo tradicional e a busca de soluções novas” (p. xl) — à direita e à esquerda, conforme indica Antonio Candido. E já no início dos anos 40, em

<sup>4</sup> Ver CANDIDO, Antonio. Prefácio a Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989 (21ª ed.), p. xxxix-lii.

<sup>5</sup> Para uma abordagem mais detida desses clássicos, ver CARDOSO, Fernando Henrique. “Livros que inventaram o Brasil”. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 37, nov. 1993, p. 21-35.

pleno Estado Novo, que surge o terceiro livro. *Formação do Brasil contemporâneo* costuma aparecer como uma espécie de patinho feio na companhia dos outros dois, isto no que se refere ao estilo de composição. De um lado a flagrante exuberância de Gilberto Freyre, de outro a escrita rigorosa de Sérgio Buarque, que, se não chega a ser um escritor como Freyre, deixou marcada, em *Raízes do Brasil*, “uma parcimoniosa elegância, um rigor de composição escondido pelo ritmo despreocupado e às vezes sutilmente digressivo, que faz lembrar Simmel e nos parecia um corretivo à abundância nacional” (p. xl). Nos termos do prefácio, Caio Prado “não se preocupava com a beleza ou expressividade do estilo” (p. xl). Seu intuito era outro: “convencer pela massa do dado e do argumento” (p. xli), empreendendo uma inédita interpretação do Brasil segundo o materialismo histórico. Com isto, acabou se afastando da forma ensaística, cara aos outros dois.

Como sempre, Antonio Candido valoriza o espírito radical. Em pleno prefácio para o livro de um radical permanente – Sérgio Buarque – o crítico abre um parágrafo de “reflexão desapaixonada” sobre antigos integralistas, cujas posições contrárias às suas e de seus companheiros de luta eram francamente fascistas. Isto não impediu que cultivassem “um tipo de interesse fecundo pelas coisas brasileiras”, o que afinal compreendia “uma tentativa de substituir a platibanda liberalóide por algo mais vivo” (p. xli). De acordo com o texto, esta foi a causa da passagem de certos integralistas para posições de esquerda, assim como certos radicais “acabaram por virar espoletas ativíssimos da reação” (p. xlii), como foi o caso de Gilberto Freyre e outros.

Mas, obviamente, o grande interesse do prefácio é a apresentação de *Raízes do Brasil*. Antonio Candido esquadrinha o livro, capítulo a capítulo, descrevendo o método e os assuntos, não é o caso de resumir o que já foi resumido com mãos de mestre, e de grande amigo do autor. Fiquemos somente com aquilo que mais interessa ao nosso roteiro, não sem antes frisar que o objetivo do pequeno grande livro é “analisar e compreender o Brasil e os brasileiros” (p. xliii), e que sua empreitada, tão ambiciosa quanto bem-sucedida, baseou-se na análise de pares antitéticos fulgurantes – trabalho e aventura, rural e urbano, cordialidade e impessoalidade etc. Antonio Candido fala em meditação de tipo dialético. Tudo culmina em “Nossa Revolução”, sétimo e último capítulo do livro. É quando encontramos a síntese do que o crítico entende por radicalidade.

Sérgio Buarque não analisou o Brasil e os brasileiros sem o intuito de propor um caminho que fizesse apodrecer as raízes, fincadas na vida rural, do nosso atraso. E para ele a saída seria a revolução urbana. Ela possibilitaria “liquidar o passado, adotar o ritmo urbano e propiciar a emergência das camadas oprimidas da população, únicas com capacidade para revitalizar a sociedade e dar novo sentido à vida política” (p. xlviiii).

O sumo da questão residia na “ruptura do predomínio das oligarquias”, que o crescimento das cidades e o reaparelhamento da vida urbana poderiam promover.

O livro de Sérgio Buarque, tomando outra direção, avançava em relação ao de Gilberto Freyre, e o pensamento radical se fortalecia em *Raízes do Brasil*. Ao saudosismo do sociólogo pernambucano se contrapunha o “futurismo” do historiador paulista. Se o primeiro chorava o enfraquecimento das raízes patriarcais, o segundo queria arrancá-las de vez, como mandioca a ser triturada em casa de farinha. *Raízes do Brasil* não só trazia os problemas para o presente — a manutenção do comportamento patriarcal em plena era de modernização, um anacronismo do qual o Brasil não conseguiu se livrar, como projetava um país mais interessante e democrático no futuro.

Embora não o diga com todas as letras, o prefácio se incumbe da comparação: “num tempo ainda banhado de indisfarçável saudosismo patriarcalista, [Sérgio] sugeria que o conhecimento do passado deve estar vinculado aos problemas do presente. E, do ponto de vista político, que, sendo o nosso passado um obstáculo, a liquidação das ‘raízes’ era um imperativo do desenvolvimento histórico” (p. xlix). É claro que o leitor entende a mensagem. Mais do que isto, sua atualidade realmente impressiona.

Naquela altura, a cidade de São Paulo já fervilhava, preparando-se para o surto desenvolvimentista dos anos 50, que a transformaria no centro econômico e político do país. Ainda assim, havia muito de utopia na visão do grande historiador, uma utopia a ser concretizada, em parte ao menos, na ascensão de Lula, décadas depois. É verdade que não se fez reforma agrária, e que a educação, além de insuficiente, foi nivelada por baixo — o país continua devendo o essencial a seu povo. Por outro lado, as oligarquias continuam poderosas, envergonhando, quando não massacram, os brasileiros. Mas, sem dúvida, o país é outro, e a democracia, reconquistada a duras penas, não deixa de arejar a vida contemporânea. Em face daquilo que de atrasado permanece, e não é pouco, as posições radicais continuam sendo, mais que oportunas, necessárias. Por esta razão, Antonio Candido é um otimista: acredita sempre que o Brasil pode melhorar.

Mas voltando ao nosso ponto de partida, eu acho que o ensaio “A revolução de 1930 e a cultura” ganha ainda mais se for lido juntamente com “O movimento modernista”, a famosa conferência de Mário de Andrade, datada de 1942 (1978, p. 231-55). Antes de aproximar os textos, convém marcar suas diferenças. Mário balanceia, 20 anos depois, a vanguarda que, ao lado de Oswald, havia liderado, enquanto Antonio Candido fará, 50 anos depois do Movimento de Outubro, um balanço geral das mudanças ocorridas a partir de então, nos vários campos da cultura. De um lado o ex-líder que retoma sua experiência e a de seu grupo; do

outro o crítico que rememora os acontecimentos históricos e culturais de sua época de formação.

Naquela altura, a fala do artista, combatente já cansado – Mário morreria três anos depois, precocemente, aos 52 anos – coincide com a história do crítico em ascensão – na mesma época Antonio Candido começa a publicar crítica literária na imprensa. São gerações diferentes. A primeira havia feito, a segunda iria fazer; uma em declínio, outra em ascensão, o que pode contribuir para explicar o contraste entre a melancolia de Mário e o otimismo de Antonio Candido. Seja como for, parece ter ocorrido no intervalo de uma conferência a outra algo como uma passagem de bastão. O grande modernista finca raízes no pensamento literário do crítico, chegando a parecer que foi uma espécie de guia ou pedra inaugural de toda sua obra.

É largamente sabido o peso que Antonio Candido atribui à virada modernista dos anos 20 – a “sementeira” das salutares mudanças ocorridas posteriormente no campo artístico. Mário fala na criação de um “espírito novo” aliada à reavaliação e remodelação da inteligência nacional (1978, p. 231); e ressalta a intenção destruidora do movimento, combinada ao cultivo do prazer (p. 240). A coisa muda justamente a partir de 1930 – o marco histórico – quando “principia para a inteligência brasileira uma fase mais calma, mais modesta e cotidiana, mas proletária, por assim dizer, de construção” (p. 242).

Ora, o sentido de construção dá o tom do ensaio de Candido. Já vimos que o crítico faz um balanço positivo dos acontecimentos da década que o formou. Sobre o mesmo período, Mário dirá: “O sentido destrutivo e festeiro do movimento modernista já não tinha razão de ser, cumprido o seu destino legítimo. Na rua, o povo amotinado gritava: Getúlio, Getúlio!” (p. 242). Era a revolução abrindo o novo tempo. Mário fala à distância e com serenidade, carregando o seu discurso, no fim, com certa emotividade: é quando se queixa, tomando-se como exemplo, do “abstencionismo” próprio e dos companheiros diante das lutas políticas e sociais daquele novo tempo.

É como se as novas demandas, estimuladas pela revolução, estivessem à frente ou acima do “grupinho de intelectuais paulistas” que havia revolucionado as artes e o gosto na década anterior. O Modernismo, antes “praça de guerra”, seria absorvido sem maiores problemas ao longo dos anos 30, mesmo considerando as vozes contrárias ao movimento. Não à toa, Antonio Candido falará em rotinização da vanguarda. Há vários outros pontos de contato entre os textos, o que reforça a sugestão de leitura conjunta. Encontramos em Mário a língua desafogada dos modernistas, a integração dos regionalismos na cultura nacional, a polarização estética e ideológica – esquerda e direita – etc.

Valeria a pena fazer um estudo mais detido das duas conferências. Enquanto Mário se recolhe no fim – “Não me imagino político de ação” (p. 253), Antonio Candido, mais esperançoso, se abre, encerrando sua exposição com um “post scriptum” cheio de perspectivas a serem investigadas, principalmente no campo da música popular, que nos anos 60 viveu uma fase de grande criatividade. A mistura de música e poesia seria, segundo o crítico, “um dos fatos mais importantes da nossa cultura contemporânea”, algo que “começou a se definir nos anos 30, com o interesse pelas coisas brasileiras que sucedeu ao movimento revolucionário” (1987, p. 198).

Sabemos que Mário não temia a confissão. Ao dizer que não se imaginava “político de ação”, estava reconhecendo que podia ter-se empenhado mais nas lutas do tempo. A conferência fala em “isenção da atualidade por detrás das portas contemplativas de um convento” (1978, p. 253). Ainda assim, sendo um homem de espírito democrático, certamente foi um radical, embora, no seu modo de ver, não tão aguerrido como pedia a nova era – “estamos vivendo uma idade política do homem, e a isso eu tinha que servir” (p. 253). Com efeito, Drummond diria em “Nosso tempo”, poema de *A rosa do povo*, cujo assunto refere-se à época em questão: “Este é tempo de partido, / tempo de homens partidos”. Se Mário não serviu à altura, como diz, decerto nunca abandonou suas posições progressistas.

Na época da conferência já havia retornado à sua cidade, depois de três anos de um tristonho auto-exílio no Rio, o que, podemos imaginar, lhe aguçou a melancolia do espírito.<sup>6</sup> Os derradeiros parágrafos de “O movimento modernista” carregam um tom de despedida e uma espécie de acerto de contas consigo mesmo: “toda a minha obra não é mais que um hiperindividualismo implacável” (p. 254); e com sua geração: “duma coisa não participamos: o amilhoramento político-social do homem” (p. 255). Sua sinceridade, aliada a uma modéstia extremada, chega a comover.

Num depoimento mais ou menos recente, dado à *Revista do IEB*, Antonio Candido relembra a “última atividade pública” do escritor, qual seja, sua participação no famoso Congresso Brasileiro de Escritores, realizado em janeiro de 1945 – Mário faleceria no mês seguinte –, que acabou funcionando como verdadeiro fórum de resistência e combate à ditadura do Estado Novo.<sup>7</sup> Desgostoso com a dinâmica política do evento, o escritor chegou a dizer que o lugar do intelectual era a torre de marfim. Nas palavras do crítico, Mário “deve ter encarado com certo constrangimento a tensão das facções, as birras ideológicas, as concessões táticas, as acomodações, as manobras que tecem o dia a dia da conduta

<sup>6</sup> Sobre o assunto, ver CASTRO, Moacir Werneck de. *Mário de Andrade, exílio no Rio*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1989.

<sup>7</sup> Ver “A lembrança que guardo de Mário de Andrade”. Entrevista de Antonio Candido e Gilda de Mello e Souza à *Revista de Estudos Brasileiros* da USP, n. 36, 1994, p. 9-25.

política” (p. 15). É bem possível que Mário, um homem à esquerda, e já subindo a rampa dos 50 anos, também não tivesse saúde nem paciência para encarar a luta que então se travava. Antonio Candido fala em desajuste: “sentiu que não se ajustaria na era do engajamento partidário que estava se anunciando” (p. 15). E como sugere a conferência de três anos antes, seu tempo já havia passado, como a própria vida que, na ocasião do congresso, estava por se extinguir.

### Referências bibliográficas

- ANDRADE, Mário de. “O movimento modernista”. In: *Aspectos da Literatura brasileira*. São Paulo: Martins Fontes, 1978 (6ª ed.).
- CANDIDO, Antonio. Entrevista à *Transformação*, revista do Departamento de Filosofia da FFCL de Assis, n. 1, 1974.
- CANDIDO, Antonio. “Graciliano segundo Candido”. In: *Jornal da USP*. São Paulo: 24 a 30 de outubro de 2011.
- CANDIDO, Antonio. “A revolução de 1930 e a cultura”. In: *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.
- CANDIDO, Antonio. “A personalidade contraditória de Fernando de Azevedo” (1988). In: *Recortes*. São Paulo: Companhia das letras, 1993.
- CANDIDO, Antonio. “Doutor Fernando” (1994). In: DANTAS, Vinícius (org.). *Textos de intervenção*. São Paulo: Duas cidades; Ed. 34, 2002.
- CANDIDO, Antonio. Prefácio a Sérgio Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989 (21ª ed.).
- CANDIDO, Antonio; SOUZA, Gilda de Mello e. “A lembrança que guardo de Mário de Andrade”. Entrevista à *Revista de Estudos Brasileiros da USP*, n. 36, 1994.
- CASTRO, Moacir Werneck de. *Mário de Andrade, exílio no Rio*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1989.

**Joaquim Alves de Aguiar** foi professor livre-docente do Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da Universidade de São Paulo. Pesquisava, nas linhas de literatura e sociedade e literatura e memória, temas da literatura brasileira e da poesia brasileira contemporânea. É autor dos livros *Espaços de memória: um estudo sobre Pedro Nava* (1998) e *A poesia da canção: lirismo e história nas letras da MPB* (1993/96). Em homenagem aos vinte anos de morte de Elis Regina, publicou, com Ariovaldo Vidal, *Leniza & Elis* (2002). Faleceu em 9 de julho de 2016.